3. SOBRE DIREITOS E A HUMANIDADE DO DIREITO N'O MERCADOR DE VENEZA

3. ABOUT RIGHTS AND THE HUMANITY OF RIGHTS IN THE MERCHANT OF VENICE

Renato Selayaram¹

Resumo: O artigo procura analisar os aspectos jurídicos da clássica obra de Shakespeare e a complexa relação entre seus personagens. A influência do direito e da moral, vislumbrando suas diferentes nuances, especialmente Shylock - um dos personagens mais atraentes do teatro de todos os tempos.

Palavras-chave: direito, contrato, moral, literatura

Abstract: El artículo analiza los aspectos legales de la clásica obra de Shakespeare y la compleja relación entre sus personajes. La influencia de la ley y moral, al ver sus diferentes matices, especialmente Shylock - uno de los personajes más atractivos del teatro de todos los tiempos.

Palabras-clave: Ley, convenio, moral, literatura.

I. Introdução

A base de uma sociedade civilizada consiste no respeito ao direito. O que sempre me fascinou n'O Mercador de Veneza² é o fundo legal da obra. Tanto no início da trama - a celebração de um contrato – como a sua resolução – o debate jurídico em um tribunal sobre sua validade ou não, permitem analisar a obra do ponto de vista jurídico e exercitar o uso de alguns institutos legais, para além da ficção.

O enredo gira em torno de dois personagens principais: um judeu rico e usurário, e uma mulher – a tolerante e apaixonada Portia, os quais representam dois dos grupos mais discriminados na época, judeus e mulheres. Devemos recordar que no momento em que o bardo escreveu esta peça, foi executado o médico pessoal da rainha Elizabeth I, o hispano-judaico Rodrigo Lopez, acusado,

¹ Advogado, Pós-graduado na Academia de Direito Internacional de Haia, Especialista em Ciências Políticas, Mestre em Direito, Professor no Cesuca. E-mail: selayaram@hotmail.com.

² SHAKESPEARE, William. O mercador de Veneza. Trad. de F. Carlos de Almeida Cunha e Oscar Mendes. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1979, págs. 280-367.

sem provas, de tentar envenenar a rainha britânica a pedido de Filipe II, rei espanhol. Sua execução em 07 de junho de 1594 em Tyburn provocou uma onda de anti-semitismo no país.

De modo geral, a comédia narra como Bassanio, um jovem de ascendência ilustre mas sem fortuna, procura o amor de Portia, uma órfã rica que só se casará com o pretendente que decifre o enigma das três caixas – uma de ouro, outra de prata e outra de chumbo - de acordo com o testamento de seu falecido pai, e escolha aquela que contém o retrato da jovem. Para tanto, poder participar do evento, é necessário que pague a importância de três mil ducados, dinheiro que não possui e solicita a Shylock, o agiota. Quem se obriga pelo empréstimo é Antonio, o mercador de Veneza do título, amigo de Bassanio e responsável pela obtenção do empréstimo por sua capacidade econômica, e ao contrário deste, um comerciante proeminente, sendo acordado que a devolução do montante obtido será em três meses, prazo estimado por Antonio para a chegada dos navios com mercadorias encomendadas a Veneza e assim saldar a obrigação. Para formalizar o crédito, assina um contrato, ante um Tabelião, estipulando que o não reembolso do montante tomado, na data e local estipulados, o credor – Shylock - pode tomar uma libra de carne, aproximadamente quatrocentos e cinquenta gramas, do devedor.

Como podemos ver, estamos ante um contrato de mútuo, com data certa de devolução da soma emprestada e uma cláusula penal a favor do credor em caso de inadimplemento por parte do devedor (a libra de carne de Antonio). Do ponto de vista legal, pois, é um acordo contratual em que rege a máxima latina *pacta sunt servanda*, traduzida livremente como *o pacto é a lei entre as partes*, princípio do direito contratual ainda vigente.

Vencido o prazo fixado no contrato, Antonio não cumpre a obrigação assumida, já que os navios com as mercadorias de sua propriedade não chegaram ao porto por haverem naufragado, sendo, portanto, incapaz de pagar a dívida. Por esta razão Shylock exige a execução da cláusula penal a seu favor por inadimplência do devedor, recorrendo ao Tribunal de Veneza em busca da tutela judicial.

Admitida a demanda ante a máxima autoridade, o Doge de Veneza, as partes são citadas para que seja dado início ao julgamento, sendo proposto antes às partes um acordo, sabedor aquele que a lei será extremamente rigorosa e que deverá ser cumprida ou a República perderá um de seus maiores bens, a

segurança jurídica, o pilar básico de qualquer governo. Quem poderia confiar em Veneza se não fossem cumpridas suas próprias leis? Antonio assim o reconhece quando diz

O Doge não pode impedir o curso da lei. As garantias que os estrangeiros encontram em nosso meio, em Veneza, não poderiam ser suspensas sem que a justiça do Estado ficasse comprometida aos olhos dos mercadores de todas as nações cujo comércio fez a riqueza da cidade.

O pedido de Shylock é bastante concreto: não está fundado no pagamento da dívida, seja esta em seu valor original ou duplicada, como é proposto em conciliação, senão na execução da cláusula penal. Sua proposta é: não cumpriste com o pagamento no momento oportuno, exijo como ressarcimento uma libra de tua carne,

Shylock - Quero que as condições de meu contrato sejam cumpridas; jurei que seriam executadas. Chamaste-me de cão quando não tinhas razão alguma para fazê-lo; porém, visto que sou um cão, tem cuidado com meus dentes. O Doge me fará justiça. (...)

Até este momento a razão e o direito parecem assistir a Shylock. O Doge de Veneza se mostra impotente para negar o pedido do velho agiota sem cair em descrédito, pois a cidade vive do comércio e suas leis devem ser respeitadas para ter credibilidade ante outros Estados. Recordemos que Veneza, desde a Alta Idade Média, se tornou muito rica mediante seu controle do comércio entre a Europa e os países do Mediterrâneo oriental. Por volta de 1410, tinha um armada de 3300 navios (tripulados por 36 000 homens)³. E foi uma das cidades do norte da província itálica onde começou o reflorescimento do direito romano, utilizado para a solução dos conflitos que surgiam como decorrência do comércio pujante da cidade.

Parece que não restava outro remédio ao mais alto magistrado da república senão executar o que estava pactuado. Eis que, neste momento dramático, Portia irrompe no Tribunal, disfarçada do jovem advogado Baltasar, a fim de assumir a defesa de Antonio⁴. No início, parece dar razão ao agiota, seguindo as

³ CAMPAGNANO, Anna Rosa. Judeus de Livorno: sua língua, memória e história. São Paulo: Humanitas, 2007, p. 41.

⁴ Baltasar/Portia se apresenta ao Tribunal de Veneza como uma espécie de *amicus curiae*, um "amigo da corte", para ajudar a lançar luzes sobre o caso, mas se trata de um engano, dado que no fundo o que busca é defender Antonio.

regras do direito contratual e reconhecendo que todo contrato deve ser cumprido em conformidade com o estipulado ao dizer *uma libra de carne desse mercador te pertence. O tribunal te adjudica essa libra e a lei ordena que ela te seja dada. E podes cortar-lhe essa carne do peito. O tribunal o autoriza e a lei o permite.*

Mas na parte final de seu discurso, realiza um giro espetacular de 180 graus, ao assinalar que se é certo que a cláusula penal deve ser executada tal como está pactuada, não é menos certo que o contrato não prevê o derramamento de sangue do devedor para a obtenção da libra de carne nem que seja retirado um gramo a mais do que foi estipulado e muito menos ainda seja posta em risco a sua vida para o cumprimento da obrigação:

Portia - Espera um momento. Ainda não é tudo. Esta caução não te concede uma só gota de sangue. Os termos exatos são: uma libra de carne. Toma, pois, o que te concede o documento; pega tua libra de carne. Mas, se ao cortá-la, por acaso, derramares uma só gota de sangue cristão, tuas terras e teus bens, segundo as leis de Veneza, serão confiscados em benefício do Estado de Veneza.

Em outras palavras, a cláusula penal a favor de Shylock é inexecutável, pois se trata de uma impossibilidade jurídica, e é uma impossibilidade legal porque colide com regras de ordem pública de caráter imperativo que protegem a vida e a saúde das pessoas. Antonio é cidadão veneziano e, por extensão, cristão velho (ou cristão-puro, conceito ideológico que pretendia designar o segmento majoritário das populações), tendo direitos garantidos pelo Estado, os quais estão acima do que foi acordado. O que Balthasar/Portia demonstra com seus argumentos jurídicos é que a cláusula penal é ineficaz desde o início e é nula de pleno direito por violar disposições de ordem pública que cuidam da integridade física da pessoa.

Mais do que o famoso monólogo do agiota, quando ele diz que *Um judeu não tem olhos? (...) Se nos cortam, não sangramos? Se nos fazem cócegas, não rimos? Se nos envenenam, não morremos?*, o intenso debate jurídico entre os personagens faz desta passagem de O Mercador de Veneza, um dos destaques da literatura universal, do ponto de vista jurídico.

II. O perigo da hierarquização

N'O Mercador de Veneza, sem dúvida o trabalho mais jurídico de Shakespeare, observamos o surgimento de uma impressão digital de incompreensão lamentavelmente repetida, com crueldade extrema, no curso da história ocidental: a perda de perspectiva no cumprimento do mandato, o estabelecimento de um olhar valorativo do ordenamento positivo - percepção nada ingênua que necessariamente segrega no ato de sua imposição aquilo que uma determinada pessoa ou grupo é e não o que faz.

Em sua necessidade de expor o óbvio - o judeu é um homem, os cristãos também o são - Shylock, o marginalizado, aceita o gesto de marginalização-diferenciação, que o exclui e, a partir de então, encontra na exclusão que lhe é imposta, a legitimação para sua pretensão de vingança. Enquanto sua humanidade não seja aceita pelo ordenamento jurídico vigente, não se lhe pode exigir respeito à humanidade dos outros.

Como em tantos outros lugares na Europa, em Veneza, aqueles que professavam a fé judaica eram circunscritos aos limites de um gueto, os portões da cidade os excluíam, quando a noite chegava os portões eram fechados com cadeados. Um muro de pedra manifestava, assim, o limite da legitimidade.

Como vemos, de todos os homens, o direito escolhia alguns para serem seus sujeitos, no exemplo utilizado aqueles que participavam do credo cristão, e estabelecia um espaço de marginalidade comum a todos aqueles que não fossem seu objeto.

Toda classificação expõe uma ordem hierárquica e traça ao menos uma linha divisória. Aceita e expelle, acolhe e desconhece, divide e, no mesmo ato, estabelece o limite fora do qual se estende o império da alienação e da diferença.

Podemos observar que ao longo da história o estabelecimento de limites na atribuição de legitimidade, sempre arbitrária e ofensiva, faz com que, conforme mostra Shakespeare, os marginalizados, deslustrados pelo direito, terminem por assumir os mesmos parâmetros que serviram para justificar sua exclusão.

O outro, os outros, não serão mais do que aquele ou aqueles que se atrevam a expor, desde a perspectiva de quem estabelece a classificação, uma absoluta falta de pertencimento. Desse modo, a sua mera existência como um estranho, importa a prévia adoção de um ponto de vista: não existe classificação possível se não houver, previamente, um classificador, quem detenha ou usurpe a faculdade de dividir, de impor-se como representante do núcleo de diferenciadores.

Nada mais visível desta face do que o *status quo* vigente na Idade Média, sob o ponto de vista Senhor e servo, Nobre e vassalo.

Bobbio diz que a violência pode ser direta ou indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem a sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra, como, por exemplo, o fechamento de todas as saídas de um determinado espaço, ou através da destruição, da danificação ou da subtração dos recursos materiais. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: uma modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou grupo que é alvo da ação violenta.⁵

À *paz perpétua*⁶, obra Kantiana, é, na realidade, a meta a ser atingida por meio do respeito e exercício dos princípios e normas estabelecidos nesse fictício tratado de paz. O adjetivo *perpétua* diferencia o tratado em questão dos tratados de paz habitualmente firmados, que não passam de meros armistícios que cuidam de regular a melhor forma jurídica para a cessação das hostilidades entre os inimigos⁷.

O caso que aqui estamos tratando, nos mostra que a arbitrariedade oculta-se por trás de uma divisão ontológica: reconhecer somente a alguns os direitos que são comuns a todos os seres humanos. Aos demais, vale dizer, Shylock, são atribuídos direitos reconhecidos como inumanos. Admitir que certos direitos sejam assim reconhecidos importa negar-lhes sua existência como direitos.

O homem, pelo fato de integrar o gênero humano, é detentor de dignidade, a qual é qualidade ou atributo inerente a todos os homens, decorrente da própria condição humana, o que o torna credor de igual consideração e respeito por parte de seus semelhantes⁸.

A meu juízo, o Direito Fundamental do homem é o direito à sua realização integral como ser humano. Qualquer das suas dimensões que se pretendesse amputar estaríamos negando sua condição de ser humano.

III. Direito e moral

⁵ BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCI, N. Dicionário de política. 7ª ed. Brasília: UNB, 1995, p. 1291-1292.

⁶ A obra *À paz perpétua* foi escrita pelo filósofo alemão Immanuel Kant em 1795, cuja grande questão era como assegurar que os Estados Nacionais europeus pudessem estabelecer entre si um quadro de paz duradoura.

⁷ ALMEIDA, Guilherme de Assis. Direitos humanos e não-violência. São Paulo: Atlas, 2001, p. 27.

⁸ SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 60.

A moral é, como o direito, um sistema objetivo de normas que tem por missão ordenar a conduta do homem. Existem inegáveis relações entre um e outro sistema. Uma norma tipicamente jurídica, como a que ordena não roubar e pune a quem rouba é, ao mesmo tempo, uma norma moral. Outra norma de direito, a que afirma que as obrigações assumidas devem ser cumpridas, é também um preceito moral⁹.

A vida é o uso e não a produção de coisas e o escravo serve apenas para facilitar este uso. O amo é o senhor do escravo e este, pelo contrário, não é apenas um escravo para o mestre, mas lhe pertence por inteiro. Isso mostra que o escravo é, em si, o que pode ser. Aquele que por uma lei da natureza não se pertence, mas, sem deixar de ser homem, pertence a outro, é naturalmente escravo. Assim, o escravo é propriedade alheia, e a propriedade é um instrumento necessário para a existência¹⁰. Há indivíduos na espécie humana tão inferiores a outros como o corpo para a alma ou a fera para o homem¹¹. Assim exprimia Aristóteles.

Podemos observar, na desconstrução das afirmações aristotélicas que:

1. O escravo era considerado, na sua obra, como ser humano, inobstante aceitar, o fato de pertencer a outro homem.
2. A natureza humana não implicava, por si só, sua condição de sujeito de direito. O homem-escravo, em sua condição de objeto, não era possuidor de direitos.
3. O conceito de espécie humana se achava sujeito à imposição de hierarquização, isto é, nela eram identificados homens superiores e homens inferiores.

Esta é a perspectiva que retoma Shakespeare n'O Mercador de Veneza. Muito além da valoração convencional que sobre certos comportamentos humanos se possa fazer, deixo claro entender a dignidade humana como inalienável, mesmo antes de vir a ser reconhecida por um ordenamento jurídico e, inclusive, excedendo aos limites de qualquer potestade estatal.

Toda estrutura jurídica se assenta sobre o cumprimento da palavra empenhada. As partes contratantes possuem expectativas distintas em relação ao

⁹ ARÉCHAGA, Eduardo Jimenez; FERRAND, Martín Riso. Introducción al derecho. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 2007, p. 15. Tradução do autor.

¹⁰ ARISTÓTELES. Política. Tradutor: Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 16.

¹¹ ARISTÓTELES. Política. Tradutor: Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 17.

pactuado e está implícito que devem assumir a responsabilidade de cumprir o que prometeram.

Pelo fato de a cláusula penal atentar contra a vida e a saúde do devedor, a defesa, representada por Portia, travestida de Baltasar, pede como compensação econômica a metade dos bens de Shylock em favor de Antonio, o que, no caso, pode ser interpretado como uma *reconvenção*, e que a outra metade seja confiscada em favor do Estado veneziano, pelo fato de o credor haver demandado de forma a agredir o direito vigente, as normas de ordem pública de caráter imperativo.

Poderia ser alegado em defesa do credor que o dano nunca chegou a se materializar, que Antonio nunca pôs em perigo sua vida ou saúde, em razão do fato de que o credor não pode executar a cláusula penal. Entretanto, muito embora não tenha havido um dano físico, pode ser argüido que houve um dano moral. Shylock expôs Antonio a um juízo, a um questionamento sobre sua reputação, pondo seu nome e reputação ilibada de comerciante em xeque, quando o que reivindicava judicialmente era algo impossível de executar. Por consequência, o temor de Antonio de perder a vida por cumprir a cláusula lhe ocasionou um sofrimento inimaginável, merecendo um ressarcimento econômico pelo dano emocional sofrido.

Vemos na obra que existe uma tensão entre o sentido de justiça e o de legalidade. O credor funda sua pretensão literalmente no que diz a lei, ou o que foi avençado contratualmente, não importando se é justo ou injusto, não importa se é a custa da vida de um ser humano, apenas no que está pactuado. Como vemos, ao final a tensão será resolvida graças a uma burla, pois não importa quem tenha razão ou de que lado se encontra a justiça, senão quem é mais hábil para ganhar o processo.

Em diferentes trabalhos de expressão artística ou mitológica, o protagonista deve resolver o enigma que lhe é apresentado, ao custo de sua própria vida se assim não o fizer. Como na própria vida, trabalhando e selecionando a melhor de uma ou outra possibilidade de uma aposta.

A título de exemplo, lembramos duas passagens de grandes obras, da mitologia e da literatura. Ante a disputa entre as deusas Hera, Atena e Afrodite sobre quem era a mais bela, Zeus não quis ser o juiz para não descontentar as deusas, ordenando, então, que o príncipe troiano Páris, à época sendo criado como um pastor ali perto, resolvesse a disputa. Para ganhar o título de "mais bela", Atena

ofereceu-lhe poder na batalha e sabedoria, Hera ofereceu-lhe riqueza e poder e Afrodite o amor da mulher mais bela do mundo. Páris optou por Afrodite, ganhando sua proteção e o ódio das outras duas deusas, contra si e contra Tróia.

Na peça *Édipo Rei*, de Sófocles, o protagonista deve decidir entre salvar Tebas descobrindo o enigma da Esfinge, que o tornaria um herói, e salvar o seu próprio destino, do qual não pode fugir. A esfinge propõe um enigma a partir de três opções:

Qual é o animal que de manhã anda sobre quatro pés, ao meio-dia sobre dois e à noite sobre três? É o homem, que na infância arrasta-se sobre os pés e as mãos; na idade adulta mantém-se sobre os dois pés; e na velhice precisa de um bastão para poder andar.

Assim, o que vemos são os personagens envolvidos na peça Shakespeariana tratando de burlar uns aos outros, valendo-se, para tanto, do direito.

Há na obra uma tensão entre o sentido de justiça e legalidade. Justiça entendida como caridade, comiseração em relação ao outro, tentando fazer com que Shylock pense de modo racional, a fim de que desista de suas pretensões sanguinárias. Em contraposição, este baseia-se literalmente no que diz a lei, ou pactuado contratualmente. Se é certo ou errado não importa, tampouco se é à custa da vida de um ser humano, mas no que está acordado; e, como podemos ver, no final a tensão entre a reivindicação de Shylock e a absolvição de Antonio será resolvida graças a um embuste: não interessa quem está certo ou de que lado a justiça se encontre, mas quem é mais hábil para ganhar o processo.

IV. Como conclusão

Finalmente, e como já foi referido por outros autores, há uma crítica social velada de Shakespeare para com os cristãos que se escondiam atrás de seu status de *herdeiros de Cristo* para tirar vantagem dos outros, neste caso dos judeus que, como Shylock, se dedicavam a um ofício condenado pela Igreja Católica aos seus fiéis. É como se que os descendentes de Abraão tivessem o *monopólio* de emprestar dinheiro a juros (um cristão só poderia emprestar uma soma em dinheiro sem cobrar juros), mas naqueles anos a proibição estava começando a ser flexibilizada pela Reforma Protestante.

Shylock pede justiça como qualquer cidadão - o que hoje denominamos *tutela jurisdicional efetiva* - com um pedido específico: que seja executada a cláusula penal e, aparentemente, lhe são abertas as portas da administração da justiça. Mas ao final, esta aparente abertura do Tribunal para ouvir seu pedido se transforma em zombaria e desapropriação (Shylock, perplexo, exclama: *Is that the law? Essa é a lei?*). O aparato legal que move o credor, em seguida, se volta contra ele. Shylock toma uma dimensão trágica no final, não só perde o juízo, mas também seus bens e sua religião, sendo forçado a se converter ao cristianismo, para evitar perdê-los todos; e até mesmo sua própria filha foge com um cristão. Por isto, este personagem da literatura é estudado e admirado, um personagem muito difícil de esquecer.

V. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Guilherme de Assis. Direitos humanos e não-violência. São Paulo: Atlas, 2001.

ARÉCHAGA, Eduardo Jimenez; FERRAND, Martín Risso. Introducción al derecho. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. Política. Tradutor: Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCI, N. Dicionário de política. 7ª ed. Brasília: UNB, 1995.

CAMPAGNANO, Anna Rosa. Judeus de Livorno: sua língua, memória e história. São Paulo: Humanitas, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SHAKESPEARE, William. O mercador de Veneza. Trad. de F. Carlos de Almeida Cunha e Oscar Mendes. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1979.

(Artigo recebido em 13/12/2013 e aprovado para publicação em 30/12/2013)